Desenvolvimento como Liberdade

22-04-00

[Se Amartya Sen não estiver enganado, crescimento depende de impulso dos ministérios da área social]

[Liberdades são essencialmente determinadas por saúde, educação e direitos civis]

Ao transmitir o cargo de Ministro da Justiça, José Carlos Dias fez uma alusão que aos bons entendedores só poderá causar frio na espinha: "Nós não deixaremos ceder àquelas tentações autoritárias e arbitrárias...". Pode parecer, à primeira vista, que essa meia palavra não mereça comentário em artigo de opinião econômica. Todavia, ela é crucial para o desenvolvimento, mesmo que a relação não seja óbvia.

O sentido do termo 'desenvolvimento' não costuma ser explicitado, apesar de seu emprego ser tão freqüente. Sempre se faz de conta que será bem entendido, e raros são os que se arriscam a explicar o seu real significado. Consciente do problema, a sábia Joan Robinson costumava comparar o desenvolvimento ao elefante: difícil de definir, mas muito fácil de reconhecer. No punhado de países que podiam ser considerados desenvolvidos, as pessoas tinham muito mais chances e opções do que os habitantes do resto do mundo. Então, desenvolvimento só poderia corresponder à ampliação das possibilidades de escolha: não apenas de modelos de automóvel ou canais de televisão, mas sobretudo das oportunidades de expansão das potencialidades humanas que dependem de fatores sócio-culturais, como saúde, educação, comunicação, direitos e – *last but not the least* – liberdade.

Seria errado imaginar, contudo, que os economistas tenham reconhecido que a velha senhora de Cambridge lhes indicara a saída do labirinto. Até hoje se perdem em quixotescas diatribes sobre o "desenvolvimentismo" (que por aqui já teria mesmo virado mero papo de bêbados em festas brasilienses, não fossem os amargurados artigos do professor da PUC-Rio Gustavo H. B. Franco). Só que agora os economistas estão diante de uma exposição da velha intuição de Joan Robinson que não poderia ser mais persuasiva: o livro *Desenvolvimento como liberdade*, do prêmio Nobel de economia de 1998 Amartya Sen, cuja excelente tradução de Laura Teixeira Motta acaba de ser lançada pela Companhia Das Letras.

A tese de Sen é que o desenvolvimento deve ser visto como um processo de expansão das liberdades reais que as pessoas desfrutam. Ela contrasta com visões mais restritas, como as que identificam desenvolvimento com crescimento do PIB, aumento da renda per capita, industrialização, avanço tecnológico ou

modernização. Essas cinco façanhas são obviamente importantíssimas como meios de expandir as liberdades. Mas as liberdades são essencialmente determinadas por saúde, educação e direitos civis. "Ver o desenvolvimento como expansão de liberdades substantivas dirige a atenção para os fins que o tornam importante, em vez de restringi-lo a alguns dos meios que, *inter alia*, desempenham um papel relevante no processo."

Essa ênfase nas liberdades e direitos básicos se apoia em três pilares: sua importância *intrínseca*; seu papel *conseqüencial* de fornecer incentivos políticos para a segurança econômica; e seu papel *construtivo* na gênese de valores e prioridades. Uma variedade de instituições – ligadas à operação de mercados, a administrações, legislaturas, partidos políticos, organizações não governamentais, poder judiciário, mídia e comunidade em geral – contribui para o processo de desenvolvimento precisamente por meio de seus efeitos sobre o aumento e a sustentação das liberdades individuais. "O desenvolvimento é realmente um compromisso muito sério com as possibilidades de liberdade."

É fácil perceber, portanto, que os dois governos FHC nem sempre seguiram essa trilha. Houve até criação de um ministério especialmente encarregado do desenvolvimento, reforçando a imagem de que os demais cuidariam de outros assuntos. O pior é que até agora a única ação relevante desse novíssimo ministério foi uma troca de comando no BNDES que esteve ligada a um obscuro conflito de oligopólios, e não à imprescindível transparência na sua atribuição de orientar o desenvolvimento brasileiro. Sem qualquer demérito aqui ao ministro Alcides Tápias, que na atual conjuntura mais parece um bem intencionado cachorro em dia de mudança.

Se o prêmio Nobel de economia de 1998 não estiver completamente enganado, os ministérios que realmente podem impulsionar o desenvolvimento são principalmente os que costumam ser incluídos na chamada área "social" do governo. É óbvio que Fazenda e Banco Central são indispensáveis centros "emanadores da racionalidade econômica e disciplina fiscal", para usar palavras do já citado articulista da PUC-Rio. Sem eles não haveria a indispensável logística para investimentos em capital humano e em capital social, missões dos ministérios da Educação, Saúde, Reforma Agrária e principalmente da Justiça. Daí porque foi para a felicidade geral da nação que Dias transmitiu o cargo a esse outro campeão do direitos humanos, José Gregori, justamente aquele tipo especial de reformista que, se quiser, até pode chamar o presidente de "Fernando".